



Publicado originalmente em: IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas territorialidades – integração e redefinição regional. Porto Nacional, julho de 2005.

FRAGMENTAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL DE TRINDADE: UMA ANÁLISE DO TRINDADE II

^[1] *Wildes Jesus Rodrigues*

^[2] Eguimar Felício Chaveiro

^[3] **Rames Divino França**

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais IESA/UFG

profwildes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como foco de estudo a área de expansão urbana de Goiânia/Trindade e, neste sentido, exigiu a consulta de vários livros, Teses de Doutorado, Dissertações de Mestrado e Monografias que tem como foco os estudos urbanos e territoriais.

Em um rápido levantamento historiográfico, fez-se consultas em arquivos históricos, jornais e revistas. Foram aplicados questionários aos moradores da referida área em estudo e realizadas entrevistas à líderes políticos e comunitários afim de esclarecer algumas dúvidas e comprovar e/ou refutar hipóteses.

Este trabalho não se finda em seu esforço de interpretar as transformações sócio-territoriais de Trindade pois, pelo contrário, ele vem suscitar novas preocupações, indagações e exigir reflexões pertinentes a abordagem proposta. É um trabalho inacabado, porém que busca trazer elementos preciosos para os próximos trabalhos que envolvam temas afins.

EVOLUÇÃO TERRITORIAL DE TRINDADE

O Município de Trindade localiza-se no Estado de Goiás em sua porção mais central. Sua consolidação, enquanto território político e administrativo, não foi algo pacífico ou livre de conflito.

Foi na teia de relações entre interesses particulares e coletivos, estatais e religiosos, que se deu a construção do espaço trindadense – não desconsideremos que este espaço está sempre



em transformação. Este embate trouxe em sua gênese um sentimento de cunho menos patriótico ou econômico do que religioso, pautando-se em dogmas católicos e em crenças que extravasaram até mesmo o território goiano.

A cidade de Trindade tem sua emancipação ancorada por uma origem religiosa, diferentemente de outros municípios goianos que, de acordo com Antônio Teixeira Neto, se constituem a partir da:“

mineração no século XVIII, da atividade agropastoril – que apoiou a mineração, abastecendo as minas, e substituindo-a como principal atividade econômica – e os caminhos, os que abriram passagem no início e os que hoje dão sustentação à articulação espacial do território.” (TEIXEIRA NETO, 2002).

Neste sentido, e apesar dos vínculos existentes entre os fatores históricos que consolidaram a definição territorial dos vários municípios Goianos, Neto destaca como exceções alguns município do estado, dentre os quais Trindade e a “nova capital”, Goiânia. Uma com a peculiaridade de ter sido delimitada primeiro – concordando com NETO (2002) – “de forma espontânea e movida pela romaria ao Divino Pai Eterno”, apesar de ter sofrido alterações posteriores, a segunda com o esplendor de um planejamento moderno que, em seu plano original, contemplasse os interesses políticos e econômicos de uma capital estadual^[4]. Salvaguarda as peculiaridades que envolveram e envolvem cada uma destas duas cidades, devemos considerar que a construção do território trindadense está diretamente ligada às transformações ocorridas no espaço que viria a se transformar na nova capital do estado de Goiás, o que nos impede de desconsiderar uma ou outra neste levantamento.

No ano de 1776 foi criado, no estado de Goiás, o distrito de Santa Cruz, com um território que abrangia todo o Sul do estado. A Oeste, sua divisa era o rio dos Bois; a Sul e a Leste, o rio Paranaíba; a Nordeste fazia divisa com o município de Santa Luzia (Luziânia) e ao Norte, com o município de Meia Ponte. Neste Distrito se encontra o embrião do que viria a ser o então Município de Trindade assim como de diversos outros municípios goianos.

Em 1866 uma resolução provincial dividiu o distrito de Santa Cruz em dois, criando o município de Catalão. Neste mesmo ano, outra resolução desmembrou ainda mais Santa Cruz criando o município de Bonfim cujo qual incluía todo o território onde já existia o arraial das Campinas e onde, no ano de 1909, seria criado o distrito de Barro Preto que viria



posteriormente dar lugar ao município em estudo. Do município de Bonfim foi criado, no ano de 1880, o distrito de Suçuapara, que daria lugar ao município de Bela Vista fundado no ano de 1896. Este município, por sua vez, possuía uma vasta área que englobava as localidades de Campinas e Barro Preto.

As modificações que ocorriam neste espaço eram várias e não se restringiam a um ou outro território. As fragmentações eram constantes e antigos territórios davam lugar a novos que por sua vez se reconfiguravam com inaudita delimitação e com juvenis territorialidades.

As transformações no então território de Santa Cruz não se findou com a criação de Bonfim, pois no ano de 1905 seu desmembramento se intensifica e dele são criados os municípios de Morrinhos, Piracanjuba, Corumbá além dos distritos de Caldas Novas, Orizona, Itumbiara e Pontalina. Também de Catalão é criado o município de Ipamerí.

Já no ano de 1907 o distrito de Campinas – atual bairro de Goiânia – é elevado à categoria de Município, e os arraiais de Barro Preto e de São Sebastião do Ribeirão, (futuro município de Guapó), são incorporados a ele.

Dois anos após a criação do município de Campinas, a lei municipal n. 5 de 12 de março de 1909, cria o distrito de Barro Preto e altera seu nome para Trindade. Cinco anos mais tarde é a vez de Ribeirão se tornar distrito.

O distrito de Trindade com toda sua mobilidade espacial e, já no início do século XX, sustentado pela fé de um povo^[5] e por um comércio periódico que se fazia presente na época da Festa do Divino Pai Eterno (nove dias que antecedem o primeiro domingo de Julho) foi levada a categoria de Vila Velha pela Lei n.º 662 de 16 de julho de 1920, cuja instalação se deu em 31 de agosto de 1920. tendo seu território desmembrado de Campinas e ficando a ele anexado o distrito de Ribeirão. Sete anos depois, em 1927 através da lei estadual n.º 825, de 20 de junho, sua sede é elevada à categoria de Cidade.

O dinamismo econômico e social, aliado a uma boa organização político administrativa, foi um dos responsáveis por “atrair os olhares” de líderes políticos - dentre os quais o interventor Pedro Ludovico Teixeira - para os municípios da região Sul do Estado, no interesse de se construir em um deles a nova capital.^[6]



Após várias visitas e discussões em torno das potencialidades de alguns municípios para implantação da nova capital, elegeu-se a cidade de Campinas. No dia 24 de outubro de 1933 foi assentada a pedra fundamental para concretização de Goiânia.

As modificações para implantação da nova capital não afetaram apenas a paisagem campinense nem tão pouco somente o seu território. Elas extrapolaram fronteiras que eram já consolidadas e abraçaram territórios vizinhos desconstruindo uns e obrigando outros a uma reformulação de sua paisagem.

Não escapou às referidas transformações, primeiramente, os municípios de Campinas e Hidrolândia, cujos territórios foram suprimidos pela nova capital através do decreto nº. 327, de 2 de agosto de 1935. Este mesmo decreto desanexou o distrito de São Sebastião do Ribeirão do Município de Trindade e o incorporou à Goiânia.

Três anos após as referidas transformações, o decreto lei estadual nº. 1233, de 31 de outubro de 1938, extinguiu o município de Trindade incorporando todo seu território à Goiânia. Através deste decreto Trindade viu-se subtraída de sua autonomia política, com o Poder Judiciário subordinado a Comarca de Goiânia para servir aos interesses maiores do Estado que, naquele momento, era a construção de uma nova capital administrativa.

Porém esta realidade não durou muito tempo – mas o suficiente para atizar as animosidades políticas de então – e através do decreto lei estadual nº. 8305 de 31 de dezembro de 1943 o município de Trindade foi restaurado recuperando sua autonomia política. No entanto sua configuração territorial não volta a ser a mesma em sua plenitude uma vez que o município perde parte de suas terras para os distritos de Goianira e para o município de Inhumas tendo, ainda, outra parte extraviada por Goiânia.

Após as construções e reconstruções territoriais, ocorridas ao longo de sua história, que por sinal não se finda em nos surpreender, porém que nos permite fixar o atual ano como um “congelar dos atos humanos”, Trindade tem suas fronteiras demarcadas e, até o presente momento, estáveis. O município localiza-se na Zona do Mato Grosso de Goiás^[7] na porção central do estado e dista 18 Km de Goiânia^[8]. Limita-se ao Norte com Goianira e Caturai; ao Sul com Guapó; a leste com Goiânia, a Oeste com Santa Bárbara e a Sudoeste com Campestre de Goiás. Com uma área de 719,70 Km² o município de Trindade tem cerca de 0,19% do Estado de Goiás. (observe o mapa na página seguinte.)



Apesar de sua configuração territorial definida, Trindade não é um espaço acabado e/ou “congelado”. Nem tão pouco desfruta de uma homogeneidade urbana ou rural, pois suas porções se entrecruzam, se chocam e se desmancham, dando lugar às imposições do mercado atual: a construção de postos de troca e a proximidade com os cidadãos. Suas transformações sociais estão, acredito, no auge de uma típica cidade interiorana que tem ao seu lado uma gigante em Construção que, neste caso, é Goiânia.

AS “DUAS TRINDADE”: UM TERRITÓRIO DIVIDIDO

As políticas adotadas pelos administradores do município de Goiânia, têm reflexos diretos nos territórios do entorno. Estes reflexos tenderam a se intensificar a partir dos anos de 1980 como bem nos demonstra PAULA:

A expansão do espaço urbano goianiense neste período – entre 1975 e 1992 – não foi significativa, devido à Lei n. 4.526, de 31/12/1971, do PDIG-1969, que dispõe sobre loteamentos e remanejamento. Entretanto, o crescimento populacional foi extraordinário (em 1980 Goiânia possuía uma população de 717.526 habitantes) e a verticalização da cidade modificou sua paisagem. O processo de verticalização foi incentivado para efetiva ocupação do estoque de lotes urbanos vazios, e a Lei de Zoneamento (Lei n. 5.019 de 1975) dirigiu tal processo de verticalização para o Centro e Setor Oeste; posteriormente para a região sul da cidade. Como resultado, o valor dos lotes urbanos aumentou, jogando para os municípios vizinhos a população de renda mais baixa. (Paula, 2003 p. 37)

No entanto os revérberos das políticas goianiense têm menos aspectos positivos que negativos. Pois os “excluídos” de Goiânia, alimentando o sonho da casa própria e o mesclando com a intenção de estar próximo a um grande mercado de trabalho, procuraram as áreas mais baratas e que se localizavam no entorno de Goiânia. Estas áreas, por sua vez, estavam livres de saneamento básico tais como rede de água, esgoto, asfalto ou mesmo escolas que atendessem a demanda local. Elas se interpunham entre terrenos campeiros, com estradas “boiadeiras” que se transformavam em verdadeiros atoleiros em épocas de chuva, e aglomerados urbanos carentes de sanitários e alimentados por poços de água pessoais.

É bem verdade que os principais responsáveis por esta carência em infra-estrutura são dois. Um de ordem geográfica e econômica o outro de ordem burocrática institucional. Ao primeiro se deve o fato dos bairros, a partir dos anos 1980, se concentrarem distantes da sede do município, o que torna excessivamente oneroso os gastos com a construção de saneamentos básicos. Ao outro coube a incoerência de um não planejamento que previsse tais cenários e a concessão de autorização para parcelamento e venda de terrenos, antes considerados como rurais. Cabe lembrar que o município de Trindade adotou o Plano Diretor¹⁹¹ somente no ano de 1998, ou se seja, dez anos após a data estipulada pela legislação brasileira.

Para se ter uma idéia do aumento desta demanda podemos analisar os dados apresentados no Plano Diretor de Trindade elaborado no ano 1998 pela Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente – ARCA em parceria com a Universidade Católica de Goiás – UCG e em convênio com a Prefeitura Municipal de Trindade, onde até o ano de 1979 o maior número de aprovação de bairros se concentravam na sede do município, sendo



aprovado cerca de 23 bairros dentre os quais 3 se encontravam fora do perímetro urbano demarcado Pelo plano Diretor. Neste mesmo período, nas áreas do entorno de Goiânia, foram aprovados 10 bairros sendo que 2 estavam fora do perímetro urbano.

Após 1980 esta tendência sofre uma inversão. Enquanto que na sede do município há aprovação de 11 bairros, estando três destes fora do perímetro urbano, na área do entorno de Goiânia – Grande Trindade, como é chamada atualmente pelos administradores locais – foram aprovados 13 novos setores dos quais 8 deles se encontram fora do perímetro urbano.

Desta forma podemos afirmar que a expansão urbana, em Trindade, ganhou uma nova configuração, pois as áreas do entorno de Goiânia iniciam um processo de crescimento desordenado – uma vez que ele se dá de forma desintegrada com outros bairros – expandindo em forma de mosaico.

Trindade, então, não pode ser mais vista de forma homogênea pois seu território se fragmentou em várias malhas urbanas – que dividem espaços com áreas rurais e áreas de preservação ambiental. Uma nova denominação surgiu para se referir à área de maior expansão urbana do Município: “Trindade II” ou, posteriormente, “Nova Trindade” e, mais recentemente, “Grande Trindade”.

Estas conotações dadas à área do entorno de Goiânia – além de um “jogo” ou estratégia de ordem política – não se devem apenas ao fenômeno de expansão urbana desintegrada com a sede municipal, porém, também, às particularidades envolventes e disseminadas pela metrópole em ascensão, o que particulariza aquela área em relação à sede do município e mesmo à própria metrópole, no dizer de Chaveiro:

“Inicialmente, a produção simbólica desenvolvida pela metrópole ou que ela tem como função reproduzir e disseminar de tempo em tempo, atravessa todos os corpos, chega a todas as mentes pela via do espaço metropolitano. É um dos papéis essenciais da metrópole formar gostos, ajuizar maneiras de consumir, educar o indivíduo para o mundo que se tem, introjetar maneiras do indivíduo participar do concerto mercadológico.” (CHAVEIRO, 2001 p. 200).

As características da “região” da Trindade II^[10] chamam a atenção quando às comparamos com a sede do município e notamos tamanha discrepância de comportamentos, hábitos, origem da população, localização geográfica e até mesmo a importância geológica da área. O plano diretor de Trindade chama a atenção para este último ponto: Essa região deveria ser preservada com severo resguardo das nascentes, pois se encontram a montante do ponto de captação da água que abastece o Município. Além do mais, geologicamente, é uma região de rochas com fraturas. (ARCA-1998).

Os apontamentos feitos pelos técnicos responsáveis pelo plano diretor de Trindade, ainda vão além da observação física daquela porção do espaço, chamando atenção, ainda, quanto ao perfil dos habitantes presentes nela e à falta de serviços aí existente. Segundo o mesmo:



A ocupação desta área aconteceu sem critérios, reduziu a zona rural e reuniu um contingente de pessoas de perfil semelhante: fuga do aluguel, baixa renda familiar e trabalho ou prestação de serviço para empresas de Goiânia. Essas pessoas não têm praticamente nenhuma ligação com Trindade. Não há transporte coletivo nem rede telefônica interligando diretamente os dois núcleos urbanos. A região é carente de serviços sociais e a infra-estrutura disponibilizada é a básica energia e água. (idem, ibidem)

Desde os anos de 1988 houveram transformações que garantiram a melhoria de alguns aspectos apresentados pelo Plano Diretor de Trindade. No entanto alguns problemas persistem, e são motivos de reclamações por parte dos moradores. Outros, ainda surgiram fruto da migração persistente para aquele local.

FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL: PROSPERIDADE OU REGRESSO NO TRINDADE II?

Qualquer debate que envolva a construção ou reconstrução de um território não estaria completo sem o envolvimento da discussão sobre as implicações destes fatos tanto na parte física quanto na própria vida dos habitantes, visto que as transformações espaciais atingem diretamente o relacionamento entre os seres humanos e as suas ações cotidianas. Pensando sobre este assunto necessário se faz abordar o cotidiano dos moradores do Trindade II, respeitando suas opiniões sobre os aspectos positivos e negativos encontrados naquela porção do território trindadense.

A busca pela “*satisfação plena de suas necessidades*” (FURTADO, 1986, p. 12), é um fator motivador, principalmente na sociedade capitalista, para a procura incessante do maior lucro – veículo pelo qual acredita-se alcançar tal objetivo. Entretanto é de comum consenso que a boa qualidade de vida está diretamente ligada ao ambiente de moradia, às ruas onde se caminha, às praças pelas quais se passeia, ao ar puro que se respira, aos sons que se ouve, aos cheiros que se sente e às paisagens que se contempla. É sobre isto que nos debruçamos quando visitamos os moradores da Trindade II, procurando registrar seus anseios, investigar suas possibilidades, delimitar seus problemas e descrever os resultados.

Quando solicitado que fosse eleito os dois principais problemas do bairro onde moram, as opiniões não eram homogêneas, nem mesmo no próprio setor, quanto mais em



toda a “Trindade II”. Eles se particularizavam mais pelas preocupações individuais do que coletivas, e se dividiram em inúmeras reclamações, dos mais diversos alcances políticos ou até fora destes. No entanto abordaremos alguns problemas invocados pelos moradores e que foram constatados durante as visitas, respeitando as prioridades eleitas por eles.

Das pessoas consultadas 14,8% afirmaram que o sistema de saúde é precário e não se tem um posto de atendimento 24 horas, o que os leva a procurar atendimento médico, quando fora do período de expediente, em Goiânia ou mesmo na sede do município. Apesar da administração atual construir vários postos de atendimento naquela região – 6 desde 2001, segundo dados da prefeitura – não se tem especialistas e vários casos são encaminhados para Goiânia. De modo geral o município não conta com um hospital municipal – apesar de sua construção ter sido iniciada no ano 2001 e servido de jargão político para a reeleição do atual prefeito. Os 18 ou mesmo os 8 Km que separam as duas porções do território trindadense de Goiânia já foram responsáveis por várias mortes pela carência de uma Unidade de Terapia Intensiva ou mesmo de salas de emergência, equipadas para atender casos graves.

Outro problema lembrado por 12% dos habitantes é o de transporte. Ficou comprovado que mais de 50% dos moradores daquela região trabalham em Goiânia, outros passeiam por lá e aproveitam para realizar suas compras, muitos buscam atendimento médico na capital e, nitidamente, mais de 80% dos moradores fazem uso do transporte coletivo, no mínimo duas vezes ao dia – para ir e para retornar do trabalho.

Uma das providências tomadas pelas empresas de ônibus, responsáveis pelo setor, foi a construção de um terminal no setor Vera Cruz em Goiânia. Esta medida garantiu, de certa forma, a diminuição do fluxo de passageiros no Terminal Padre Pelagio e montou linhas que ligam o terminal aos setores Campinas e Central. Porém, segundo os moradores, os fluxos de ônibus são insuficientes nos horários considerados de “piques” – entre as 07 e 09 horas e entre às 16 e 20 horas. Quanto a este fator o município deve se posicionar junto com outros municípios limítrofe à Goiânia uma vez que o transporte é integrado e qualquer alteração afetaria não só um município porém todos os pertencentes à região metropolitana de Goiânia.

Um dos problemas observados e que carecem de atenção imediata é quanto ao estado de muitas ruas na região em estudo. A linha de ônibus que dá acesso ao setor Palmares é um



exemplo desta carência pois a mesma não foi asfaltada e na época das chuvas vira um verdadeiro “atoleiro”, um perigo eminente de acidentes.

Algumas vias urbanas são motivos de conflito entre a prefeitura de Trindade e a de Goiânia. É o caso da avenida Trindade, limite entre o Parque dos Buritis – pertencente à Goiânia – e a terrenos pertencentes à Trindade. A construção do asfalto naquela avenida é um constante fugir de responsabilidade, onde uma prefeitura joga “a batata quente” para as mãos da outra. Não houve, até os dias atuais, nenhuma conversa entre os prefeitos envolvidos, para acertar, em parceria, as obras de asfaltamento deste trecho.

A falta de segurança nos bairros foi lembrado por 9,8% dos moradores que disseram viver preocupados com o elevado índice de marginalidade, roubos a residências e até assalto à mão armada. O clima de insegurança, como bem sabemos, é algo que oferece uma má qualidade de vida aos moradores pois estes temem em sair de suas residências, preocupados com a possibilidade de roubo. Durante as entrevistas conversamos como um morador que teve sua casa saqueada enquanto visitava seus parentes em um bairro de Goiânia. Segundo o que nos argumentou, tão logo vendam a casa, sua família irá se mudar para a sede do município, onde acreditam que a violência e a marginalidade sejam menor.

As causas de um elevado índice de marginalidade em algumas regiões foram comparadas com outras, de menor incidência, pelo sociólogo Gilberto Dimenstein onde explica:

Sé há numa comunidade um jovem como comportamento agressivo, desviante, mas o padre, o tio, o professor consegue orientá-lo, o capital social daquela comunidade é alto. Quando o comportamento desviante é elogiado, as gangues são o poder, as famílias são desestruturadas, a escola ineficiente, a polícia corrupta ou arbitrária, o padrão é a marginalidade. (DIMENSTEIN, 1999, p. 7)

Como um dito usado em festas populares “uma coisa leva a outra”. Desta forma, combater a marginalidade não cabe somente ao poder policial ou mesmo aos administradores políticos porém também a própria comunidade cuja contribuição, como foi demonstrada, não é menos importante que os primeiros.

A rede de esgoto é outra carência de todos os habitantes do Trindade II. Esta deficiência foi ressaltada por 10,5% dos consultados. Em todas as residências se tem uma cavidade que serve de despejo – *fossa* – dos sanitários residenciais ou mesmo comerciais.



Este fato torna-se ainda mais preocupante quando notamos que aquela região é uma área de captação e reabastecimento de lençóis freáticos que emanam em várias áreas do município de Trindadense ou mesmo em outros municípios vizinhos servindo, muitas vezes, como fonte de água potável. Bem sabemos que o risco de poluição é grande, se já não o está ocorrendo, o que pode trazer conseqüências drásticas para a saúde humana.

Os problemas não são particulares do trindade II, nem ao menos são poucos ou de fáceis soluções. Pelo contrário, são carências existentes em muitos núcleos urbanos brasileiros, em especial aqueles que não puderam se preparar para um elevado e, de certa forma, rápido crescimento populacional. O que torna estes problemas peculiares é a sua abrangência, a possibilidade das soluções, a busca ou não por melhoria e a própria capacidade da administração de um território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma coisa ficou certa neste estudo: o desenvolvimento do Trindade II não está se dando de forma satisfatória. É notório que há progressos na infraestrutura do lugar, no entanto estes ainda não conseguiram ultrapassar o crescimento desordenado e constante que, a cada dia, reconfigura esta porção do espaço. Ou seja, há muitas ruas sem asfalto e novas se criando enquanto os fenômenos ambientais abrem erosões em asfaltos já feitos.

Este constante construir nas áreas agro-pecuaristas que foram, a princípio, desconstruída pelas relações sociais urbanas, exigem o cuidado com a possibilidade de sua manutenção. Não se trata apenas de construções físicas que dêem ao habitante à ilusão do conforto, nem mesmo de panfletos que alimentam as esperanças e prorrogam a cobrança. A atitude dos governantes, o envolvimento dos moradores e a análise feita por estudiosos é o ponto principal para se garantir a melhoria de vida dos habitantes tanto da Trindade II como dos residentes na sede do município e evitar que o território deixe de cumprir com o seu papel que, segundo ANDRADE é:

(...) dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (1995, p. 20)

Referências Bibliográficas



- ANDRADE, Manuel Correia de. **A QUESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL**. São Paulo-Recife, ed. HUCITEC, 1995.
- CHAVEIRO, Egmar Felício. **Goiânia, Uma Metrópole em Travessia**. 2001. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Mapa-Mundi do crime iguala ricos e pobres**. Folha de São Paulo, SÃO Paulo, 2 maio 1999. Caderno Especial. Ano 2000: cidades, p. 7
- PAULA, Flávia M. de Assis. **Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise da centralidade dos setores Bueno, Oeste e Marisa**. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002.

^[1] Ex-bolsista do Programa Especial de Treinamento – PET e Mestrando em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA/UFG.

^[2] Doutor em Geografia. Professor na graduação e pós-graduação do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

^[3] Advogado e diretor de uma unidade do Curso de Geografia, vinculada à Universidade Estadual de Goiás – UEG.

^[4] Os problemas enfrentados por Goiânia extravasam sua idéia inicial por uma série de motivos, dentre os quais o fato de ter sido planejada para 50 mil habitantes, número que logo foi superado por migrantes de diversas áreas do país. Sobre Goiânia ler CHAVEIRO, Egmar Felício. **Goiânia, Uma Metrópole em Travessia**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

^[5] Segundo Vieira (1968) apud COELHO 2003, a romaria do Pai Eterno “Não é um movimento espiritual imposto pela autoridade eclesiástica. Nasceu da piedade do povo e não dos cânones da Igreja”. Trindade não surgiu a partir do bandeirismo em busca de escravos nativos e ouro, tal como Ouro Fino, Ferreiro, Vila Boa, Meia Ponte e outras. Vieira ressalta: Barro Preto... Jamais possuiu minas de ouro, nem jazidas de pedras preciosas...” A fé foi mais importante do que o estado de “pobreza” que ocorria no lugar, devido à ausência de riqueza minerais. (Vieira 1968 et al, TITO dissertação de mestrado – As relações do comércio varejista periódico no tempo-espço da festa do divino pai eterno em trindade, go – 2003).

^[6] Não foram nada passíveis os debates sobre a transferência da capital do Estado, pois de um lado se estabelecia o medo da desvalorização imobiliária na então capital enquanto que, do outro, se defendia a idéia de progresso e de “integração Nacional”. Sobre este assunto ler PEREIRA, Eliane M. C. Manso. Goiânia, Filha Mais Moça e Bonita do Brasil, In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org). **Goiânia cidade pensada**. Goiânia: UFG, 2002.

^[7] Esta região diz respeito a parte central do estado de Goiás e “recebe esta denominação desde a chegada dos primeiros bandeirantes que descobriram Goiás” (BARBOSA, Altair Sales, TEIXEIRA NETO, Antônio e GOMES, Horiestes. GEOGRAFIA:Goiás-Tocantins.2ºed.



Goiânia:UFG, 2004.) Atualmente ela foi dividida em cinco Microregiões: de Goiânia, Anápolis, Ceres, Anicuns e Iporá. Trindade pertence à Microregião de Goiânia.

^[8] Esta distância diz respeito à sede do Município. A outra porção, a qual consideramos como Trindade II, está ligada às fronteiras da Capital. Este assunto será discutido mais à frente.

^[9] O Plano Diretor de Trindade foi elaborado no ano de 1998. cabe lembrar que a adoção obrigatória deste foi instituído através da lei federal de 1988 (artigo 182, § 1º) para cidades com população acima de 20.000 habitantes.

^[10] A área do Trindade II corresponde a um conjunto de setores limítrofes à Goiânia e, de certa forma, distante da sede do município de Trindade cerca de 9Km.